



DESASTRES E DESIGUALDADE: RACISMO AMBIENTAL E A CRISE SOCIOAMBIENTAL NO HAITI

RESUMO

O trabalho analisa a crise socioambiental no Haiti à luz do conceito de racismo ambiental, destacando como desastres naturais, como o terremoto de 2010 e o furacão Matthew de 2016, afetam desproporcionalmente populações negras, pobres e marginalizadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com base em literatura acadêmica, documentos oficiais e estudos de caso. Evidencia-se que a gestão de desastres é marcada pela predominância de atores internacionais, marginalizando o Estado haitiano e reproduzindo lógicas neocoloniais. A distribuição desigual da ajuda humanitária e a exclusão das comunidades locais revelam práticas de injustiça ambiental e de “colonialidade da ajuda”. O estudo propõe alternativas baseadas na soberania ecológica e no fortalecimento de saberes tradicionais, como experiências de agroecologia e construção comunitária. Conclui-se que é essencial uma reformulação das políticas humanitárias para garantir justiça socioambiental e protagonismo das populações locais na gestão de riscos e reconstrução do país.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Crise socioambiental; Desastres naturais.

ABSTRACT

The paper analyzes the socio-environmental crisis in Haiti considering the concept of environmental racism, highlighting how natural disasters, such as the 2010 earthquake and the 2016 Hurricane Matthew, disproportionately affect black, poor, and marginalized populations. The research adopts a qualitative and interdisciplinary approach, based on academic literature, official documents, and case studies. It is evident that disaster management is marked by the predominance of international actors, marginalizing the Haitian State and reproducing neocolonial logics. The unequal distribution of humanitarian aid and the exclusion of local communities reveal practices of environmental injustice and "aid coloniality". The study proposes alternatives based on ecological sovereignty and the strengthening of traditional knowledge, such as experiences of agroecology and community building. It is concluded that a reformulation of humanitarian policies is essential to ensure socio-environmental justice and the role of local populations in risk management and reconstruction of the country.

Keywords: Environmental racism; Socio-environmental crisis; Natural disasters.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, jordiniohyppolite09@email.com;

² Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, mlena.ayala@ufms.br;

INTRODUÇÃO

No contexto haitiano, os chamados desastres "naturais" não podem ser compreendidos isoladamente das estruturas históricas de desigualdade e exclusão que marcam a organização social e territorial do país. O racismo ambiental, conceito teorizado em especial por Munanga (1999), possibilita a leitura dos impactos diferenciados das crises ecológicas por meio de uma grade de análise racial e política. Trata-se de reconhecer que certas populações, particularmente comunidades negras, pobres e marginalizadas, sofrem desproporcionalmente os efeitos de desastres ambientais, ao mesmo tempo em que são excluídas das decisões sobre a gestão da terra e dos recursos.

O Haiti, um país historicamente moldado pela colonização, exploração e lutas de resistência, enfrenta agora uma grande crise socioambiental. Isso é agravado pela frequência de desastres naturais e profundas desigualdades estruturais. Essa situação evidencia não apenas a vulnerabilidade ecológica do território, mas também os mecanismos de exclusão herdados da história colonial, que podem ser interpretados como manifestações de racismo ambiental (Ferdinand, 2019).

Autores como Casimir (2001) e Hurbon (1995) analisam como as lógicas coloniais e neocoloniais persistem por meio da marginalização social e política da população haitiana, muitas vezes desprotegida diante de crises, sob o pretexto de ajuda humanitária internacionalizada. Essa lógica perpetua desastres que não são apenas naturais, mas também sociais e políticos. Do ponto de vista latino-americano, pesquisadores como Acselrad (2004) enfatizam que os desastres ambientais devem ser interpretados como resultado de um processo social, e não como simples eventos climáticos. O risco é socialmente construído e a injustiça ambiental está intrinsecamente ligada às desigualdades no acesso ao território, aos serviços públicos e à proteção institucional.

O fenômeno da sobrelotação nas cidades é particularmente acentuado, principalmente devido ao forte crescimento populacional, à deslocamento maciça de populações rurais para os centros urbanos e à falta de políticas públicas adequadas no planejamento urbano e na gestão da população. No entanto, o desafio haitiano não se limita à questão da superpopulação, mas também inclui outros fatores, como desemprego, pobreza e vários outros problemas sociais (Prospere, Martin; 2011).

Nesse sentido, a crise socioambiental no Haiti exige uma leitura crítica que vá além da abordagem naturalizante dos desastres. Requer articular as dimensões históricas, raciais e geopolíticas que tornam a população haitiana particularmente vulnerável, ao mesmo tempo em que exige políticas públicas de reparação, soberania ecológica e justiça ambiental.

Sob essa ótica, esta pesquisa tem como objetivo analisar como as desigualdades sociais, os legados coloniais e as dinâmicas geopolíticas contribuem para a produção e agravamento de desastres socioambientais no Haiti, destacando as manifestações de racismo ambiental que afetam particularmente as populações negras, pobres e marginalizadas.

O conceito de soberania ecológica, conforme discutido por Ferdinand (2019), propõe a reconquista do controle político e cultural sobre os territórios, os saberes ambientais e os modos de vida das populações historicamente marginalizadas. No contexto haitiano, isso significa rejeitar as soluções impostas de fora que desconsideram os modos tradicionais de relação com a terra, a água e os ciclos naturais, e promover políticas públicas enraizadas nos saberes locais. A soberania ecológica é, portanto, inseparável da justiça racial e da autodeterminação dos povos caribenhos frente à lógica extrativista e ao humanitarismo dependente.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, crítica e interdisciplinar para entender as dinâmicas sociais, históricas, políticas e ambientais que moldam a vulnerabilidade estrutural do Haiti a desastres. Primeiramente, foi realizada uma revisão aprofundada da literatura em torno de temas relacionados ao tema. As fontes incluirão livros acadêmicos, artigos científicos, relatórios de organizações não-governamentais e documentos oficiais, tanto haitianos quanto internacionais.

Em seguida, foi realizada uma análise documental com base em relatórios de organizações internacionais como a ONU, a OEA e outras, documentos produzidos pelo Estado haitiano, bem como arquivos midiáticos e humanitários sobre os principais desastres que marcaram o país. Esses documentos serão analisados por meio de uma grade de leitura crítica inspirada na análise do discurso e na sociologia política.

Além disso, os estudos de caso permitirão uma análise empírica mais aprofundada. São examinados três casos: o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o furacão Matthew de 2016 e a gestão da ajuda humanitária em campos de deslocados. Esses casos permitirão observar

desigualdades no acesso à ajuda, formas de segregação socioespacial, bem como os efeitos do racismo ambiental nas políticas públicas nacionais e nas intervenções internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos casos do terremoto de 2010 e do furacão Matthew em 2016, com base em documentos institucionais e relatórios internacionais, revela a predominância dos atores estrangeiros na gestão da ajuda humanitária no Haiti. As autoridades haitianas foram frequentemente relegadas a um papel simbólico, sem participação real nas decisões estratégicas. Relatórios da OEA, da ONU e da MINUSTAH indicam que a alocação dos recursos foi realizada, em sua maioria, sem consulta às autoridades locais, refletindo uma lógica de governança neocolonial (Mbembe, 2006), na qual as intervenções internacionais substituem o Estado e reforçam dinâmicas de dependência. Essa ação paralela desarticulou as estruturas locais e agravou as desigualdades socioespaciais. Os campos de deslocados mais conectados a ONGs internacionais receberam mais assistência, enquanto as zonas rurais e periféricas foram negligenciadas. Segundo a OIM, apenas 28% dos recursos foram destinados à habitação permanente, contra 65% alocados para soluções temporárias, geralmente sob o controle de entidades externas. Em contrapartida, comunidades como Canapé Vert, que implementaram estratégias de autogestão, demonstraram maior eficácia na organização da ajuda, apesar da falta de apoio institucional.

Para socorrer mais de 204 milhões de pessoas necessitadas nos países mais vulneráveis em 2022, a resposta global coordenada pela ONU precisava de 48,7 bilhões de dólares. No caso do Haiti, a estimativa aproximada para o ano de 2022 era de 4,9 milhões de haitianos necessitando de ajuda humanitária, ou seja, quase 43% da população nacional, segundo avaliação de especialistas da ONU. No entanto, embora o plano de resposta humanitária da ONU para o Haiti requeresse 373 milhões de dólares para aquele ano, apenas 14% do montante solicitado foi arrecadado.

De acordo com as estimativas mais recentes da Organização Internacional para as Migrações, exatamente 1.041.000 pessoas muitas delas deslocadas várias vezes estão em plena crise humanitária crescente. Em apenas um ano, esse número triplicou, passando de 315.000 em dezembro de 2023 para mais de um milhão atualmente (ONU, 2025). Segundo o Parlamento Europeu (2012), cerca de 1,7 milhão de pessoas foram forçadas a deixar suas casas, e mais de

um milhão ainda vive em acampamentos improvisados que deveriam ser provisórios. Grupos de defesa dos direitos humanos afirmam que as condições de vida nesses locais são insuportáveis e que as mulheres estão expostas a um risco elevado de violência sexual. Além disso, entre 2,5 e 3,3 milhões de pessoas enfrentam a fome, em um país onde 60% da população vive no campo e 80% é extremamente pobre.

As Nações Unidas e seus parceiros colocaram estrategicamente kits de água potável, higiene e saneamento para ajudar mais de 100.000 pessoas em todo o país. Paralelamente, foram enviados suprimentos médicos de emergência para atender às necessidades de saúde de cerca de 20.000 indivíduos (ONU, 2025). A insegurança alimentar continua amplamente disseminada. Mais de 5,7 milhões de pessoas quase metade da população estão passando fome. Entre elas, 2,1 milhões se encontram em situação crítica (ONU, 2025).

Os padrões observados revelam a persistência do racismo ambiental, segundo Taua (2016), em que populações vulneráveis, frequentemente racializadas e vivendo em condições precárias, estão mais expostas aos riscos e têm menos acesso ao socorro e à reconstrução. As desigualdades identificadas não são resultado de falhas pontuais, mas sim de um sistema histórico e estrutural de exclusão. Essa perspectiva é apoiada por estudos recentes, como o de Lwanga-Ntale e Rutazibwa (2022), que analisam a “colonialidade da ajuda” após o terremoto de 2010 no Haiti. As medidas implementadas, frequentemente desconectadas das realidades locais, agravaram as desigualdades e enfraqueceram a soberania do país. Nesse contexto, a ajuda humanitária funciona como um mecanismo de dominação, reproduzindo hierarquias raciais e geopolíticas sob o pretexto de solidariedade internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho revela que a gestão das respostas a desastres naturais no Haiti é impulsionada principalmente por atores internacionais, em detrimento das instituições nacionais, que muitas vezes são relegadas a um papel secundário. Essa realidade ilustra um modo neocolonial de governança, onde a ajuda humanitária, apesar de suas intenções declaradas, perpetua relações de poder desequilibradas. As desigualdades espaciais na distribuição de ajuda também confirmam a presença de racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente as populações vulneráveis, incluindo aquelas que vivem em bairros desfavorecidos e áreas rurais remotas. Alternativas concretas podem ser inspiradas em experiências haitianas de agroecologia

comunitária, como as praticadas pela rede Mouvement pour la Paix (MPP), que promove a soberania alimentar aliada à preservação ambiental. Do ponto de vista urbano, a integração dos saberes tradicionais de construção com materiais locais, bem como a criação de planos de emergência elaborados em parceria com lideranças comunitárias, são caminhos promissores. Tais iniciativas apontam para formas de resistência baseadas na autonomia territorial, na ecologia popular e na descolonização da gestão de riscos. Por fim, essas observações apontam para a necessidade de reformar as políticas humanitárias, favorecendo abordagens decoloniais que promovam o envolvimento efetivo dos atores locais e a integração dos saberes tradicionais, com o objetivo de garantir uma gestão de desastres mais equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 21 maio 2025.

CASIMIR, Jean. La culture opprimée. **Port-au-Prince**: IMPRIMÉ, 2001.

FERDINAND, Malcom. Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: **Seuil**, 2019.

HURBON, Laënnec. Le barbare imaginaire. Paris: **Gallimard**, 1995.

LAMOUR, Frédéric. Territoires et souveraineté alimentaire en Haïti: la réponse paysanne aux crises. **Port-au-Prince**: ENFOFANM, 2021.

LWANGA-NTALE, Charles; RUTAZIBWA, Olivia Umurerwa. Racism, humanitarian aid and disaster in Haiti: Re-examining the post-2010 earthquake response. **Cogent Social Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1–14, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311886.2022.2063086>. Acesso em: 23 maio 2025.

MBEMBE, Achille. De la postcolonie: essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine. Paris: **Karthala**, 2006.

MINUSTAH – Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti
NATIONS UNIES. MINUSTAH. **Rapport final de la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti**. New York: ONU, 2017. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org> (archivé).

Rapport d'évaluation disponible aussi via ONU Info :
<https://news.un.org/fr/story/2017/10/367722>. Acesso em: 21 maio 2025.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: **Vozes**, 1999.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Haití: reconstrucción democrática y desarrollo. Informe de la Secretaría General al Consejo Permanente**. Washington, D.C.: OEA, 2010. Disponível em:
https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-042/10. Acesso em: 21 maio 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Haiti earthquake: Situation reports 2010**. ReliefWeb, UNOCHA. Disponível em: <https://reliefweb.int/disaster/eq-2010-000009-hti>. Acesso em: 21 maio 2025.

BUREAU DE LA COORDINATION DES AFFAIRES HUMANITAIRES DES NATIONS UNIES (OCHA). Évaluation des besoins humanitaires en Haïti. New York : ONU, 2022.

ONU. Une quarantaine de travailleurs humanitaires tués depuis le début de l'année – *ONU*. 2022.

ONU: Le nombre d'Haïtiens souffrant de la faim ne cesse d'augmenter. 23 mars 2023.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES (ONU). Rapport humanitaire sur Haïti. New York : ONU, 2025. Disponível em: <https://www.onu.org>.

PARLEMENT EUROPÉEN: Résolution du Parlement européen du 19 janvier 2011 sur la situation en Haïti un an après le séisme: aide humanitaire et reconstruction (2012/C 136 E/09). **Journal officiel de l'Union européenne**, Bruxelles, C 136 E, p. 70–75, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROSPERE, Renel; MARTIN, Alfredo Guillermo. A questão ambiental no/do Haiti: um desafio na reconstrução do país. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 345–351, 2011

TAUA, Priscila Oliveira. Racismo ambiental e os territórios da desigualdade: uma leitura crítica das injustiças socioambientais no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

21, n. 2, p. 238–256, 2016. Disponível em:
<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/rdfd/article/view/1852>. Acesso em: 21 maio 2025.